



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

**Sub-eixo:** Fundamentos do Serviço Social

### A ATUALIDADE DA CRÍTICA AO LIBERALISMO: um esboço a partir da crítica marxista

ALCIDES PONTES REMIJO <sup>1</sup>  
DAVI ANTUNES DA LUZ <sup>2</sup>  
DAVID OLIVEIRA BARBOSA <sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende abordar a atualidade da questão social, do Estado e das lutas sociais na crítica marxista, abordando algumas conclusões sobre a relevância do pensamento liberal na gênese do capitalismo em sua luta como arma teórica às formas pré-capitalistas de pensamento, colocando-se como uma contraposição antitética, mediada pela economia política clássica, de oposição aos mercantilistas e aos fisiocratas. Com isso, o liberalismo, como mais do que uma simples teoria econômica, é para o capitalismo aquilo que a filosofia alemã denomina de concepção de mundo, e que dele o irradia.

**Palavras-chave:** Liberalismo; Crítica marxista; Neoliberalismo.

**Abstract:** The present article intends to approach the actuality of the social question, of the State and of the social struggles in the Marxist critique, approaching some conclusions about the relevance of liberal thought in the genesis of capitalism in its struggle as a theoretical weapon against pre-capitalist forms of thought, posing as an antithetical opposition, mediated by classical political economy, in opposition to the mercantilists and the physiocrats. As a result, liberalism, as more than a simple economic theory, is for capitalism what German philosophy calls the conception of the world, and which it radiates from it.

**Keywords:** Liberalism; Marxist Criticism; Neoliberalism.

## 1. INTRODUÇÃO

O liberalismo, enquanto ideologia e doutrina, busca estender o domínio do capital para a totalidade das ações humanas. Seja por meio do Estado, da mídia ou

---

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Goiás

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Santa Catarina

da sociedade civil, o capitalismo, tal como foi desde o período clássico da Economia Política, continua a fomentar o liberalismo como principal arma ideológica na luta de classes dos dias de hoje. Porém, o liberalismo nem sempre foi mero instrumento das classes dominantes, no passado se apresentava como instrumento revolucionário o absolutismo, contra a cultura medieval, e a organização da produção no sentido Feudal.

Ao se referenciar em Marx (2008), Lukács (2020) e Gramsci (1997) observamos que há uma tendência do pensamento liberal ser um produto tardio do desenvolvimento do iluminismo que rompia com as formas de produção da cultura de modo teocêntrico, além de ser a expressão do desenvolvimento da produção mercantilista e a luta de classes entre burguesia e senhores feudais pela dissolução do Estado Absoluto onde a burguesia poderia ver a dirigente do processo histórico ou em conformação com outras classes influir nas decisões políticas a ponto que seus interesses se tornassem hegemônicos.

Entretanto, nesse movimento de ascensão da burguesia como rompia com forma arcaicas de produção, culturais e direção do Estado, esta classe era revolucionária e progressista. E neste sentido a categoria de progresso, mesmo tendo em vista toda barbárie para consolidação do modo de produção capitalista, como o colonialismo, basta lembrar o genocídio da população indígena sobretudo na América hispânica, sob o trabalho escravo, ou compulsório, nas minas de ouro e prata. Estes metais preciosos foram os meios de circulação de capital no período de acumulação primitiva, sem os quais não poderiam nem circular as mercadorias, tão pouco acumular capitais. A afirmação do progresso no capitalismo não foi permeado por uma contradição de progresso e barbárie, a título de exemplo, para não mencionar o genocídio da população negra que por sua vez a cada 100 negros e negras embarcados na costa da África chegavam na América 12% morriam em meio a viagem, somente para o Brasil estimamos que 670 mil negros e negras foram mortos apenas no traslado, também estimando cerca de 4,8 milhões de pessoas foram arrancadas de seus lares para se tornam escravos.

Não poderia também deixar de observar o caráter desumano aplicado aos operários e operárias durante o primeiro ciclo de desenvolvimento mercantil. As

manufaturas onde o trabalho já se constituía parcelado o trabalho artesão estava fragmentado, mesmo que a energia a vapor ainda não fora universalizada o trabalho forçado da superpopulação flutuante fazia que as cidades se tornavam abarrotadas de pessoas e obrigadas a trabalhar nas casas de trabalho – *workhouses* -, implicando não só no rebaixamento de salário, mas também nas condições de vida do proletariado Europeu e, posteriormente, devido a implementação tardia deste modelo de produção em vista da colonização e escravidão, na América.

Neste sentido, nos é interessante pontuar que a categoria ontológica de progresso é a capacidade humana de desenvolver meios de produção capazes de diminuir o tempo necessário para reprodução social, deslocando o tempo de “trabalho” para atividades culturais, religiosas, tempo livre e hoje poderíamos compreender os despostos. Portanto, o progresso não pode ser analisado como uma identidade com a forma de progresso no capitalismo, ou seja, da manifestação atual universal da produção mercantil onde as forças produtivas se tornam ao mesmo tempo forças destrutivas do ser humano e da natureza; não é preciso alongar na larga bibliografia marxista vista em Meszáros (2002), Foster (2010) Lowy (2014) - apesar de diferenças nestes autores compreendem que a crise ambiental é a superação das relações de produção capitalista.

Por fim, pretendemos expor como em um período de ascensão da burguesia revolucionária o liberalismo foi sim uma proposta progressista e após a consolidação do poder burguês se torna uma força reacionária e em muitos momentos devida a suas interpenetrações com outras teorias da assim chamada produção de conhecimento foi se tornando uma teoria reacionária e hoje sob a hegemonia do neoliberalismo há uma tendência de perda total de sua cientificidade. Para tanto, nos referenciar em autores marxistas que debatem tanto a concepção unitária de visão de homem e de mundo, o que foi filosofia da práxis a teoria marxista -notadamente marxiana - contrapondo as concepções clássicas do pensamento liberal e a apologética desenvergonhada do neoliberalismo.

## **2. O PENSAMENTO LIBERAL PROGRESSISTA**

Como pontua acertadamente Lukács (2012 p. 124), Hegel foi o autor que

sintetizou o ápice da filosofia progressista burguesa e notadamente incorpora as melhores concepções do iluminismo dentre eles o liberalismo, as referências a Smith inclusive são perceptíveis em sua obra. A partir desta chave heurística podemos nos referenciar em Losurdo (1998) que oferece as indicações teóricas de como que Hegel incorpora conceitos elaborados no meio do liberalismo, demonstrando que há uma relação próxima entre o contratualismo e o liberalismo, de forma que, mesmo que com Hegel exista crítica ao contratualismo, ele não abdica de suas conquistas teóricas. Portanto, a crítica de Hegel se desfere a concepção contratualista de inspiração feudal e não de uma cosmovisão do contratualismo em sua essência.

Como desfere Losurdo (2008), em Hegel há um novo modo de observar o contrato social, que ora rompe com antiga ordem liberal contratualista e que ora naturalizava as relações sociais com os mesmos critérios das análises das ciências da natureza como algo dado e definido. Em Hegel o contrato seria uma unidade (e não identidade) da regulação social, a partir dessa observação, para o filósofo alemão uma nova constituição como ordenamento jurídico pode substituir outro ordenamento jurídico, assim um contrato social é substituído por outro contrato social. Para Hegel, ainda sob a análise de Losurdo (2008), há uma sobreposição entre contrato e propriedade privada, o que é um erro. Logo que, o contrato é equalizado de maneira identidade como tese de negação da negação, de forma que o contratualismo até então era a arma teórica utilizada pelos teóricos da reação contrária às mudanças sociais; portanto, em sua maioria é conservadora.

Assim o pensamento de Hegel se opõe, ao menos em partes, ao direito natural, ou seja, ao jusnaturalismo. Apesar de não romper o direito natural a propriedade privada este deve ser adequado historicamente, não podendo se opor aos direitos humanos. A título de exemplo a propriedade privada deve ser relativizada historicamente não cabendo mais a possibilidade de formas como a escravidão. Os “direitos naturais” são um processo histórico de longa construção e não algo dado como revelação eterna, podendo nos remeter a uma síntese de que apenas pequenos grupos étnicos tinham ou possuíam direitos, como os Hebreus em seu território, os gregos - os *homens* - na Grécia, os patrícios em Roma, enquanto que nos tempos posteriores ao assentamento do pensamento liberal, somente

aqueles com propriedade teriam direitos.

Segundo Losurdo (1998) há uma omissão dos intelectuais liberais que desejam equalizar o debate de contratualismo como algo avançado e mediante o direito antigo, mas o que se percebe é que o contratualismo é uma forma reacionária de direito, ainda mais quando parte-se da categoria lutas de classes; importante dizer que muitos anticontratualistas coetâneos de Hegel eram contra o jusnaturalismo. No filósofo alemão não há uma negação dos direitos inalienáveis, e neste sentido, o que o difere dos franceses é o conceito de natureza. Para Hegel, “a liberdade é sim um direito natural e inalienável, mas de uma natureza produzida pela história, de segunda natureza” (Hegel apud LOSURDO, 1998, p. 93).

A propriedade é a base da liberdade. Como ressalta Marcuse em sua análise, para Hegel “o indivíduo só é livre quando se conhece como livre, e só atinge este conhecimento quando põe à prova sua liberdade. Essa prova pode consistir na demonstração do seu poder sobre os objetos que deseja, deles se apropriando” (Marcuse, 1978: 181). Portanto, uma sociedade que suprime a propriedade privada é injusta com os indivíduos, pois não lhes permite exercer a liberdade. (SOUZA FILHO, 2006, p. 42)

O Estado de natureza é algo para Hegel que deve ser mutável se necessário, o que não significa sua negação por completo, mas há uma adequação histórica; de forma que, a ideia do direito natural resulta então na interpretação oblíqua do Darwinismo social, que em Hegel há uma contraposição ferrenha.

É importante sublinhar que, também nas desigualdades mais injuriosas da sociedade civil, a Filosofia do direito vê um resquício do estado de natureza (§ 200 A). Mas dessa configuração da natureza como lugar de violência generalizada e de generalizada ausência de direito, dessa tomada de distância em relação àquele jusnaturalismo que fundava a reivindicação de direitos inalienáveis mediante a evocação à natureza, de tudo isso deriva em Hegel não a anulação e tampouco a restrição da esfera dos direitos inalienáveis do sujeito, mas o seu convicto alargamento. Na sociedade civil, existe um resquício do estado de natureza por causa do contraste que continua a subsistir entre opulência, de um lado, e miséria desesperada, de outro, pelo fato de que, em última análise, não é reconhecido o “direito à vida” do faminto (Rph. I, § 118 A). (LOSURDO, 1998, p. 97).

Para os autores ingleses do liberalismo clássico, como Hobbes e Smith, o pensamento de Hegel se contradiz no ponto que se assemelha ao princípio do iluminismo, que é a concepção francesa de homem (ser humano) - e neste sentido observamos que há uma luta em como compreender o ser humano. Por isso Hegel se opõe a escravidão como forma aquém da razão que deve, portanto, ser superada. Em Hegel há uma separação do direito público e direito privado que funda

o Estado moderno. Neste sentido há uma distinção entre as formas de contrato no público e no privado. Assim, vemos duas formas de interpretação como em Bobbio (in Lousurdo 1998, p.92), com a contraposição do contratualismo individual, e em Hegel, com o contratualismo liberal moderno. De forma que, no contratualismo como todo a ação do Estado tem um limite: a improbabilidade de ação na propriedade privada; essa ação é condenada por liberais e contratualistas.

Afirmando que o contratualismo é a naturalização do direito na propriedade privada no Estado, Losurdo (1998) promove um diálogo crítico com Alex de Tocqueville, que compreende que o contratualismo não poderia ser imutável. A luta do contratualismo é de impedir de algum modo a colocação do Estado nas relações entre a propriedade e posteriormente no direito de vender sua propriedade inclusive não se limita a jornada de trabalho ou impõe condições de trabalho com leis trabalhistas, mas impõe ao trabalho sua união para regular o valor da venda da força de trabalho:

Isso pressupõe a existência de organizações sindicais que, por todo um período histórico, foram proibidas com a argumentação ou o pretexto de que violavam a liberdade do indivíduo de vender no mercado a própria força-trabalho, violavam a esfera de autonomia contratual do indivíduo. Uma violação particularmente clamorosa e intolerável, do ponto de vista dos dadores de trabalho, por ocasião de greves da categoria, com a realização, por parte dos grevistas, de toda uma série de pressões para bloquear ou circunscrever o "peleguismo", para anular ou restringir a esfera de livre contratação extra-sindical da força-trabalho (LOSURDO, 1998, p. 108).

A partir do contratualismo, os neoliberais afirmam por direito natural que não poderá o Estado ou qualquer forma artificial – leia-se sindicatos, trusts, estatais etc. – atuar na Economia.

### **3. A CRÍTICA RADICAL AO LIBERALISMO MODERNO E SUA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA**

A teoria liberal, para além da luta contra o velho mundo feudal, apresenta em sua concepção mundo uma prática - práxis - própria. Os maiores teóricos do pensamento liberal, apesar de equívocos teóricos que possam constar em seus escritos como à economia política clássica na teoria do valor como a fonte do lucro ocorre na circulação da venda do produto e ocorre na venda acima da demanda, é

importante demarcar um ponto particular desses pensadores: todos em larga medida eram cientistas sinceros subjetivamente. Entretanto, a luta de classes no período em que Smith e Ricardo escreveram, não estava totalmente latente, daí resulta a forma unilateral das suas teorias. Porém, a burguesia não combinou com a classe trabalhadora que poderia explorá-la<sup>3</sup>, aviltá-la, adoecê-la e, quando não, dizimar a sua vida, nem lhes disse que deveriam ficar calados, submissos e subservientes aos seus desejos, prova disto, é que tão logo as contradições da sociedade capitalista se desenvolvessem, os trabalhadores iriam revoltar-se.

A partir desse momento, a classe trabalhadora no movimento de classe para si começa a ameaçar a hegemonia da classe burguesa e, a base material da cientificidade desta iria ruir a partir de 1848, quando a primeira revolta do proletariado pôs em risco o poder burguês; e mais, demonstrou à classe burguesa que os métodos que até então utilizavam para dominar aquela classe, não eram mais suficientes. Deste processo, resultou a decadência ideológica da economia burguesa que já era percebida por Marx no primeiro posfácio de *O Capital*, onde expôs as características principais da tese da decadência ideológica:

Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, ou que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética. Todavia, mesmo aqueles importunos folhetos que a liga contra a proteção aduaneira aos cereais, chefiada pelos fabricantes Cobden e Bright, lançava aos quatro cantos, possuíam, se não um interesse científico, pelo menos um interesse histórico, pela sua polêmica contra a aristocracia proprietária de terras. Mas, desde Sir Robert Peel, desapareceu, com a legislação livre-cambista, esse último estimulante da economia vulgar. Repercutiu também na Inglaterra a revolução continental de 1848. Aqueles que ainda zelavam por sua reputação científica e não queriam passar por meros sofistas e sicofantas das classes dominantes procuravam harmonizar a economia política do capital com as reivindicações do proletariado, agora impossíveis de ignorar. Surge assim um oco sincretismo que encontra em Stuart Mill seu mais conspícuo representante. É a declaração de falência da economia "burguesa", que o grande erudito e crítico russo M. Tschernychwki pôs magistralmente em evidência na sua obra *Esboço da economia política segundo Mill*

---

<sup>3</sup>Fazemos aqui uma parábola a uma fala de Mané Garrincha. Essa história tem como palco o jogo entre Brasil e União Soviética da copa do mundo de 1958. Segundo tal parábola, o técnico da seleção brasileira da copa de 1958 solicitou ao atacante das pernas tortas jogar na ponta direita do campo e atacar o lateral esquerdo da equipe soviética. Sua incumbência era de driblar o lateral esquerdo e cruzar para algum jogador finalizar ao gol. Quando o técnico acabara de dar a ordem, Garrincha perguntou se já havia combinado com o lateral esquerdo do time adversário que poderia driblá-lo e fazer o cruzamento certo. Por que narramos essa parábola? Para demonstrar que na luta por objetivos antagônicos há mediações que pertencem à prática social, portanto, transcendendo o discurso de que apenas cabe a teoria resolver os problemas que pertencem *também à práxis social*.

(MARX, 2008, p. 24).

Aqueles que não se venderam como medíocres, tornaram-se sicofantas e sofistas do conhecimento. Como a escola de Mill, a qual queria conciliar o inconciliável, ou seja, os interesses da burguesia e do proletariado, e, lógico, desde que não reivindicasse uma não identificação com a Revolução Social Radical. A importância deste fato acerca da teoria da decadência ideológica é que não somente ecoou nas escolas econômicas da segunda metade do século XIX - que é percebido até hoje -, mas também gerou a fragmentação da economia da política, repercutindo nas formas de compreensão do objeto estudado.

Assim, as Ciências Sociais, desde a sociologia, antropologia, ciência política, entre tantas formas de suas derivações e especializações, tem sempre buscado, consciente ou até inconscientemente, ofuscar, apagar e subdimensionar a luta de classes como dinâmica movente e movida da sociabilidade burguesa.

De forma que, nesse movimento histórico da decadência ideológica, Marx estuda então o que pode ser reconhecido como o período de transição do capitalismo concorrencial para o Imperialismo - além de compreender também o desenvolvido de estudos por dois grandes autores do marxismo, Lukács e Gramsci. A partir das indicações de Lukács (2020) a filosofia, e consequentemente a sociologia do período imperialista descola da apologia direita do capitalismo, aquela descrita por Marx (2008) de uma defesa apaixonada pelo capitalismo em uma filosofia irracionalista - mesmo sabendo que as filosofias reacionárias são irracionais, mas nem todo irracionalismo é uma filosofia irracionalista.

Em sua obra "A Destruição da Razão", Lukács (2020), tem por objetivo demonstrar como a filosofia alemã vai de seu grande desenvolvimento de Hegel até Hitler. Assim um ponto central é buscar compreender o papel da filosofia na formação da ideologia nazista. Mesmo que um filósofo não seja partidário destas ideias, como elas são absorvidas nesta visão de mundo (nazista) e se torna uma força social, desculpe insistir mesmo que o pensador em questão não seja um partícipe dessas ideias. Assim Lukács conclui:

Uma das teses básicas deste livro é a seguinte: não existe visão de mundo "inocente". Em nenhum sentido tal visão de mundo existe, mas especialmente em relação ao nosso problema e precisamente no sentido filosófico: a tomada de



posição a favor ou contra a razão é decisiva quanto à essência de uma filosofia enquanto filosofia, no seu papel junto ao desenvolvimento social. (LUKÁCS, 2020, p. 10-11).

A denúncia de que um determinado pensamento filosófico seja reacionário<sup>4</sup> não responde nossas questões. Para Lukács – e estamos de acordo com sua posição – o pensamento é o produto tardio das relações sociais, por isso a filosofia reacionária deve ser estudada e identificada no conjunto das relações sociais na sua prática cotidiana como um dever ser. Esse reacionarismo não está apenas no conteúdo, mas no método também na distorção da própria filosofia que se expressava no iluminismo. Por quê são deixados esses avanços pela filosofia reacionária enveredando para um reacionarismo:

Essa verdade geral vale especialmente para a história do irracionalismo moderno. Este, porém, como pretende demonstrar o nosso livro, surgiu e operou em permanente luta contra o materialismo e contra o método dialético. Aqui também esse debate filosófico é um reflexo das lutas de classes, pois certamente não se trata de uma coincidência o fato de que a última e a mais desenvolvida forma da dialética idealista tenha se desdobrado juntamente com a Revolução Francesa e, especialmente, com suas consequências sociais. O caráter histórico dessa dialética, cujos precursores foram Vico e Herder, só ganhou sua expressão metodologicamente consciente e logicamente desenvolvida depois da Revolução Francesa, sobretudo na dialética hegeliana. Trata-se, aqui, da necessidade de uma defesa histórica e de uma melhor formulação do conceito de progresso, que ultrapasse em muito a concepção do Iluminismo. (LUKÁCS, 2020, p. 12).

O ataque vem por vários flancos, mas aqui damos destaque ao ataque à categoria de progresso social, que é o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, o desenvolver e estimular o desenvolvimento humano da humanidade para si. Além de, como pontuado por Lukács, das categorias como Dialética e Materialismo, colocando no direcionamento a luta contra o socialismo e as formas de poder popular.

Neste sentido o nacional-socialismo alemão foi uma corrente que buscava através de um rebaixamento cultural de seu povo partir de grandes filósofos como

---

<sup>4</sup>Apenas uma advertência teórica, muito comum no léxico político identificar reacionarismo com a violência do Estado Burguês, de cultura capacitista, heteronormativa, misógina etc., identificando com costumes típicos do patriarcado e outras formas de organização pré-capitalista. Partindo das lutas de classes podemos expressar o reacionarismo e o conservadorismo de maneiras distintas, por exemplo: no momento que o latifúndio busca hegemonizar a política estatal, em detrimento do capital industrial ou financeiro (quando não os três unidos no amálgama chamado agronegócio), é uma forma reacionária, uma volta ao passado. O conservadorismo neste caso é conservar o poder instituído. Mesmo que ambas classes de proprietários dos meios de produção no ponto de vista da cultura tenham as mesmas características acima mencionadas.

Nietzsche e Spengler para rebaixar o conteúdo e o discurso com autores como um Rosenberg e figura caricata de Hitler que era a manifestação simplória do discurso do cotidiano nazista. (LUKÁCS 2020, p. 14). No caso da Alemanha o desenvolvimento do Irracionalismo e o abandono das potências filosóficas do iluminismo foram e são o processo de formação das classes dirigentes oriundas da aristocracia, tornando-se uma classe burguesa e reacionária. A partir de então se torna uma fusão de uma reação na filosofia que é tão reacionária quanto suas classes dirigentes. E a partir dessa contradição o pensamento filosófico racionalista se faz como o contraposto ao irracionalismo.

Assim, algumas teorias não necessariamente filosóficas vão ser colocadas como uma fonte de organização teórica que vai subsidiar o pensamento do fascismo alemão, dentre eles a teoria do Darwinismo social que vai ser uma teoria capaz de dar substrato a filosofia nazista e ao eugenismo. O pensamento filosófico pós-hegeliano e, conseqüentemente, de seus seguidores, retiram do conjunto das análises suas colocações o marxismo e seu maior expoente Marx - o que demonstra a lateralização do materialismo histórico. O autor Löwith (in LOUSURDO 1998 p. 39) que faz um estudo da filosofia alemã de Hegel à Nietzsche ao abordar Marx o coloca como neohegeliano de “esquerda” ao lado de pensadores como Kierkegaard onde ambos combatem a sociedade burguesa, um o polo de negação é o proletariado e a luta de classes, quanto no outro o centro é o indivíduo na luta pela sobrevivência, o que, ao nosso juízo, não rompe as categorias de essenciais do liberalismo, o centro é o indivíduo e se retorna a sociedade a ele.

O estudo das limitações teóricas e históricas do desenvolvimento da teoria liberal e outras teorias dentro do espectro ideopolítico dentro do pensamento burguês é importante para demarcar o fim de seu movimento progressista e desenvolver suas formas irracionais e até apologéticas do capital. Por isso que Lukács vai estudar esse movimento tendo a Alemanha como modelo clássico, porém adverte que: isso não muda nada o fato de que o irracionalismo se configure como um fenômeno internacional, e isso tanto na sua luta contra o conceito burguês de progresso, quanto também na luta contra o socialismo. (LUKÁCS, 2020 p. 20).

A dissolução do hegelianismo, ou, melhor, seu combate, expressam-se no

irracionalismo uma tendência dominante na Alemanha, mas isso não significava que era de forma igual em todos os países. Por isso Lukács (2020 p.23) vai observar como o liberalismo se dialogava com a filosofia de Hegel: “Isso se deve ao fato de que a ideia burguesa de progresso não havia entrado em crise aguda, como ocorreu na Alemanha; a crise, aqui, permanece latente e oculta, o conceito de progresso foi atenuado e diluído no sentido liberal, conforme os resultados de 1848.” (LUKÁCS 2020 p. 22).

Por exemplo, o caso, na Itália, de Benedetto Croce que com seu liberalismo reacionário se torna um filósofo que deseja contrapor ao Marxismo e, mesmo que suas ideias tenham ressonância no fascismo, o mesmo não se tornou um quadro desta forma de governo - enquanto que Giovanni Gentile foi um dos mais engajados do pensamento fascista, assumindo, inclusive o posto de ministro da educação. Portanto, a busca pela contraposição antitética ao marxismo é o escopo do irracionalismo moderno e das formas liberais do neoliberalismo. Por isso que Lukács sempre demonstra o que é sua categorização entre o irracionalismo e o materialismo:

Também aqui é nítida a atitude fundamental do irracionalismo, em contraposição à dialética. Uma tese fundamental do materialismo dialético é que a prática constitui o critério da verdade teórica. A exatidão ou inexatidão do reflexo teórico da realidade objetiva, que existe independentemente da nossa consciência, ou melhor, o grau de nossa aproximação dela, comprova-se na prática, pela prática. James, que vê com precisão os limites e a impotência do idealismo metafísico, que aponta repetidamente para esses limites (um idealismo que concebe, por exemplo, o mundo “como algo pronto e acabado vindo da eternidade”, enquanto o pragmatismo procura apreendê-lo em seu devir), afasta tanto da teoria como da prática toda a relação com a verdade objetiva e transforma assim a dialética em um irracionalismo subjetivista. E James o admite abertamente, na medida em que intenta satisfazer com isso as necessidades da concepção de mundo do “*man in the street*” americano. (LUKÁCS, 2020, p. 25).

Por que o estudo de Lukács sobre a decadência ideológica e a Alemanha como forma clássica do irracionalismo moderno poderia nos contribuir para nosso propósito da contraposição do liberalismo ao marxismo, além de demonstrar essa forma retrógrada do irracionalismo o pensamento liberal era compatível a formas reacionárias, justamente, por conduzir um isolamento do indivíduo a coletividade. Desta forma, é uma contraposição a tese marxiana nos manuscritos de 1844 onde Marx compreendia que o estranhamento (alienação) na sociedade burguesa como expressão da contraposição o indivíduo com o gênero humano. Assim, a Alemanha

ocidental vai desenvolver as primeiras ideias neoliberais, cujo seus autores, ficaram conhecidos como “ordoliberais”, que de certa forma influenciou as escolas de Chicago e as escolas austríacas, servindo ao que viria a ser conhecido como neoliberalismo.

Os ordoliberais defendiam que o mercado é auto regulador e neste sentido tanto a ação do Estado na economia propriamente dita vai se tornar uma fonte estranha a ordem *natural da economia*, deste modo caberia ao Estado apenas criar o molde onde as regras do jogo poderiam ser igual para todos e a concorrência poderia ser realizada por todos os membros. A partir de uma abordagem histórica podemos concluir que o neoliberalismo não é apenas a repetição da das ideias de Adam Smith ou de David Ricardo, isto se aplica os supostos seguidores dessa tradição de pensamento os “smithianos”, hoje não sustentam as principais categorias destes autores desta forma rompe com suas categorias liberais demonstrando um rebaixamento e uma defesa apologética do capital.

Assim, podemos pontuar que o neoliberalismo é uma força de dominação da sociedade que transcende a livre iniciativa do mercado na sociedade, que atua no domínio da sociedade até transcendendo a atuação do Estado. Apesar dos neoliberais atribuir ao “livre mercado” quase um poder onipotente, e que algumas abordagens neoliberais advogam a retirada do Estado da economia, com toda retórica do discurso dos neoliberais dando esta afirmação como um mantra, porém, na prática, é a organização do Estado para essa atuação no suposto “livre mercado”. Os neoliberais em seus escritos não vão reivindicar os *laissez-faire* o que indica uma clara diferença da sociedade capitalista onde predominava o que Florestan Fernandes (2008, p. 45) chamou de capitalismo competitivo, na verdade esse mercado sem regulamentação não é o que os neoliberais desejam. O seu objetivo é buscar uma constante vigilância do Estado na defesa do “Livre Mercado”, na manutenção do monopólio privado, o que implica uma intervenção permanente do Estado.

Em um liberalismo de que Ropke, na *Gesellschaftskrisis*, que publicara, aliás, pouco tempo depois do colóquio Lippmann, diz: “A liberdade de mercado necessita de uma política ativa e extremamente vigilante.” E vocês encontram em todos os textos dos neoliberais essa mesma tese de que o governo num regime liberal é um governo ativo, é um governo vigilante, é um governo intervencionista, e com formulas que nem o liberalismo clássica do século XIX nem o anarcocapitalismo americana

poderiam aceitar. (FOUCAULT, 2008, p. 183-184).

Até mesmo um autor não marxista como Foucault (2008) identifica que o neoliberalismo é uma teoria que se distancia do liberalismo clássico, que de alguma forma quer um Estado atuante com uma ação preserve as regras do jogo; para nos referenciar, os liberais alemães criam uma moldura onde a economia pode ser desenhada pelos seus atores.

Compreendemos que o liberalismo e o neoliberalismo apresentam uma contraposição antitética aos marxismo, não se misturando tal como água e óleo. Assim, ao verificar as diferenças não só conteúdo do marxismo com o liberalismo, vamos nos recorrer a Gramsci (1997), pensador marxista sardo, que compreende que a filosofia da práxis era uma filosofia unitária e que o proletariado não necessitava de recorrer a outro arsenal categorial. Começamos como Antônio Gramsci compreende que

É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a “todo o mundo”, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore”. Após demonstrar que todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente — já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na “linguagem”, está contida uma determinada concepção do mundo —, passa-se ao segundo momento, ao momento da crítica e da consciência, ou seja, ao seguinte problema: é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou a província, pode se originar na paróquia e na “atividade intelectual” do vigário ou do velho patriarca, cuja “sabedoria” dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para a ação), ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (GRAMSCI, 1997, p. 93-94).

O fato é que a produção, neste caso capitalista, nos faz criar consensos e acaba domar o ser social em massa, formulando tipos de conformismo para nos manter em um nível de alienação/estranhamento, mas todo o ser humano pode e deve contestar o mundo que vive. E, neste sentido, no liberalismo há uma força

matriz importante que também se apresenta como contestação: isola o indivíduo da coletividade real do gênero humano e aponta como condição o direito natural como forma ahistórica de mudança; exceto Hegel, compreende que estruturas são formas naturais humanas.

O pensador sardo aponta que todo ser humano tem uma concepção de mundo compósita e por isso é capaz de agregar em mesmo tempo a mais desenvolvida filosofia progressista e a mais atrasada formas de preconceito. Por isso não podemos separar da filosofia e nem do filósofo da história e nem da cultura da história. E nesse sentido o desenvolvimento humano não é linear onde muitos são atrasados a concepção de mundo. A fala e linguagem indicam o local onde se expressa as ideologias, não sendo possível criar uma concepção ampla de ideologia ou uma concepção de mundo em um pequeno dialeto - isso deve ser feito por uma grande linguagem. Assim, Gramsci (1997), observando o poder da ideologia, sintetiza que a mais correta correlação de uma filosofia não pode se tornar verdadeiramente revolucionária se não se tornar uma mudança intelectual e moral na sociedade.

Essas considerações a reflexão gramsciana dialoga com o que chamamos de senso comum, que naturalmente tem uma ligação com a religião e ambas sendo uma conexão de reafirmação do presente. Gramsci busca, então, responder algumas indagações fundamentais que assim ele apresenta.

Qual será, então, a verdadeira concepção do mundo: a que é logicamente afirmada como fato intelectual, ou a que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação? E, já que a ação é sempre uma ação política, não se pode dizer que a verdadeira filosofia de cada um se acha inteiramente contida na sua política? (GRAMSCI, 1997, p. 96).

O autor sardo busca uma apontar que ações políticas não são organizadas de modo que possa ser entendido de modo individual. Os que pensam de má fé no que toca a política não pode ser respondida no âmbito individual. Para superar essa concepção somente a filosofia é capaz de transcender esse movimento. A forma correta de compreensão da filosofia é partindo de como surgiram modelos filosóficos de sua gênese e seu contexto histórico que estava inserida, “mas essa elaboração deve ser feita, e somente pode ser feita, no quadro da história da filosofia, que

mostra qual foi a elaboração que o pensamento sofreu no curso dos séculos [...]” (GRAMSCI, 1997, p. 97).

Por fim, é indispensável observar que se todo ser social é um filósofo, a filosofia que emerge da ação racional do mundo parte de um núcleo racional do senso comum. Ele aponta que as mais diversas concepções políticas se tornam o senso comum, como por exemplo o economicismo da luta sindical - realizando, portanto, uma diferenciação entre filosofia e senso comum. A filosofia surge em centros restritos, e permanece em seu grupo até sua difusão. O senso comum é uma percepção sobre o mundo que é coletiva, mas uma filosofia pode se tornar senso comum quando absorvido pela ampla população. Neste sentido ele relaciona o papel da filosofia da práxis, comparando a sua disseminação com como a igreja católica mantém sua hegemonia e dá respostas às necessidades. Compreendendo a filosofia da práxis, intelectuais e hegemonia.

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir ex novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente); e, posteriormente, como crítica da filosofia dos intelectuais, que deu origem à história da filosofia e que, enquanto individual (e, de fato, ela se desenvolve essencialmente na atividade de indivíduos singulares particularmente dotados), pode ser considerada como “culminâncias” de progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, também do senso comum popular. E assim, portanto, que uma introdução ao estudo da filosofia deve expor sinteticamente os problemas nascidos no processo de desenvolvimento da cultura geral, que só parcialmente se reflete na história da filosofia, a qual, todavia, na ausência de uma história do senso comum (impossível de ser elaborada pela ausência de material documental), permanece a fonte máxima de referência para criticá-los, demonstrar o seu valor real (se ainda o tiverem) ou o significado que tiveram como elos superados de uma cadeia e fixar os problemas novos e atuais ou a colocação atual dos velhos problemas. (GRAMSCI, 1997, p. 101).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após expor as ideias de como Gramsci desenvolve o que ele compreende como filosofia da práxis fica nítido que há uma contraposição das teorias liberais ao marxismo. Ainda nos referenciando nos dos “Cadernos do Cárcere”, observamos que o papel da filosofia é ativo na sociedade de modo que é uma forma de manutenção do *status quo*, mas com a filosofia da práxis se passa o contrário. Para provar essa parte vincula-se três categorias sociais, a filosofia da práxis, o papel do

intelectual e a massa dos subalternos.

Podemos, assim, de alguma maneira observar o que Gramsci pensa da filosofia da práxis como uma filosofia unitária capaz de compreender historicamente os processos sociais. Compreendendo que os filósofos não são uma classe à parte, mas que se vinculam a classe social. De forma que, os pensadores e os pensamentos liberais não se separam nem do momento histórico em que vivem e nem da classe que atende as demandas do seu pensamento.

Assim, com a filosofia da práxis tem de criar formas de criar nos trabalhadores e trabalhadoras, direcionada da classe para/com si, cria-se nos sujeitos uma forma de compreensão do mundo que pode transformar uma ação concreta dos(das) subalternos(as), deixando de ser massa e passam a atuar como ser social na política de sua classe. Portanto, há uma superação necessária a se fazer na classe trabalhadora, uma superação que se torne independente das necessidades criadas por filósofos de outras classes sociais.

## 5. REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antônio **Cadernos do Cárcere** Civilização Brasileira Rio de Janeiro (1997).

FERNANDES F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de Interpretação Sociológica. São Paulo: Globo, 2008.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Estado, Burocracia e Patrimonialismo no Desenvolvimento da Administração Pública Brasileira**. 2006. 397 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FOSTER. J.B. **A Ecologia de Marx**: Materialismo e Natureza. São Paulo Civilização Brasileira (2010)

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976), (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 1999 [AULA DE 28 DE JANEIRO DE 1976; aula de 17 de março de 1976; Situação do Curso].

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos). [Aula de 22 de março de 1978; Resumo do curso; Situação do curso]



LENIN, W. I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2005.

LOSURDO, Domenico. **Hegel, Marx e a tradição liberal**: Liberdade, igualdade, Estado. São Paulo: UNESP, 1998.

LOWY M. **O que é Ecosocialismo?** São Paulo Cortez (2014).

LUKÁCS, György. **Conversando com Lukács**, São Paulo: Terra e Paz, 1969.

\_\_\_\_\_. **A Destruição da Razão**: São Paulo : Instituto Lukács, 2020.

\_\_\_\_\_. **Para Ontologia do Ser Social**. São Paulo Boitempo editorial, 2012.

MARINI, Rui M. Dialética da Dependência. *In: Rui Mauro Marini vida e obra*, Traspadini R. Stedile J. P. (orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: instigante desafio. São Paulo: Veras, 2006.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. v. 3. t. 6.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: processo de circulação de capital. Livro 2, São Paulo Boitempo 2014.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. L. 1. v. 1. t. 1.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**. São Paulo. Boitempo 2008

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A história Econômica do Brasil**. São Paulo: Vozes, 1994.

,